



## 19 DE JUNHO DE 2015

### Sexta-feira

- INCERTEZAS SOBRE SITUAÇÃO ECONÔMICA CONGELAM PLANO DE INVESTIMENTOS
- BUSCA DAS EMPRESAS POR CRÉDITO TEM PIOR QUEDA EM 2 ANOS, DIZ SERASA
- CRISE FORÇA INDÚSTRIAS A INTERROMPER ATIVIDADES E CORTAR POSTOS DE TRABALHO
- PENSÃO POR MORTE E APOSENTADORIA TÊM NOVAS REGRAS
- INDÚSTRIA DE SÃO PAULO PERDE 17 MIL EMPREGOS EM MAIO, APONTA FIESP
- CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO PARA DE CAIR, INFORMA PESQUISA DA CNI
- SETOR DO AÇO VIVE UMA CRISE PROFUNDA E ESTIMA DEMITIR MAIS 4 MIL
- CAMEX REDUZ IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO DE METAL USADO EM PERFURAÇÕES DO PRÉ-SAL
- VOTORANTIM LANÇA OFERTA POR PAPÉIS DE MINERADORA PERUANA MILPO
- IVECO PROJETA CRESCER MESMO COM CENÁRIO DE QUEDA
- FCA ESTÁ EMPENHADA EM FUSÃO COM GENERAL MOTORS
- FIAT DARÁ FÉRIAS COLETIVAS A 12 MIL EM 1º DE JULHO
- RECEITA DE SERVIÇOS TEM QUEDA REAL DE 6,6%
- ECONOMIA INICIA 2º TRI COM QUEDA DE 0,84% EM ABRIL, PIOR QUE O ESPERADO
- FORD INTERROMPE DE NOVO A PRODUÇÃO NO ABC
- SINDICATO RETIRA INDICATIVO DE GREVE DOS MOTORISTAS E COBRADORES DE CURITIBA
- VOTORANTIM LANÇA OFERTA PARA AUMENTAR FATIA NA PERUANA MILPO
- CADE APROVA ALIANÇA DA CSN COM SÓCIOS NA NAMISA PARA CONGONHAS MINÉRIOS

- NUCOR PREVÊ QUEDA NO LUCRO COM IMPORTAÇÕES PRESSIONANDO PREÇOS DO AÇO
- CSP VAI FATURAR US\$ 1,7 BI POR ANO E EXPORTAR US\$ 1,6 BI
- ACORDO ENTRE AUSTRÁLIA E CHINA DEVERÁ AFETAR BRASIL
- MMX REVISA PLANO PARA TER AVAL DE CREDOR
- EMPRESAS CONTRATAM MENOS, MAS EVITAM DEMISSÕES
- CRÉDITO ESCASSO LEVA COMPANHIAS A VENDER ATIVOS, MOSTRA ESTUDO
- MOTOR E GERADOR SÃO ALIMENTADOS PELA EVAPORAÇÃO DA ÁGUA
- SE DESONERAÇÃO ACABAR, INDÚSTRIA DE MÁQUINAS DEMITIRÁ 150 MIL, DIZ PRESIDENTE DA ABIMAQ

CÂMBIO EM 19/06/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,089	3,090
Euro	3,501	3,502

Fonte: BACEN

### Incertezas sobre situação econômica congelam plano de investimentos

19/05/2015 - Fonte: Brasil Econômico

Após o primeiro colapso nas expectativas do empresariado no primeiro trimestre do ano, o humor sobre o futuro dos negócios só piorou. Na média, 30% das companhias dos ramos de indústria, comércio, serviços e construção civil não têm programa de investimentos para os próximos 12 meses.

O cenário de incertezas apresentado pela Sondagem de Investimentos da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre) reforça as projeções de que o país fechará o ano com uma retração em torno de 7% na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF).

No primeiro trimestre do ano, a taxa de investimentos ficou em 7,8%, sobre o mesmo trimestre do ano anterior, de acordo com dados das Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para o consolidado do ano, a equipe econômica do Bradesco projeta queda de 7%. Em linha com a projeção da FGV/Ibre, que aposta em redução de 7,1%.

Para o economista Claudio Frischtak, presidente da Inter.B Consultoria Internacional de Negócios, "não há motor claro de crescimento para este ano" e a projeção é a de que o PIB (Produto Interno Bruto) feche 2015 com uma queda de 2%.

"A despeito do ajuste fiscal e dos esforços do governo, avalio que as expectativas e a vontade de investir não estão reagindo por causa da forte dúvida sobre quando a economia vai retomar o crescimento", diz Frischtak.

"O ministro diz que a retomada da economia pode vir no segundo semestre, mas ainda há incertezas se ela virá neste ano ou só em 2016. Há muitos freios que impedem o crescimento, como o freio fiscal, monetário, creditício, do consumo das famílias, do desemprego", acrescenta.

O cenário de incertezas fez 30% dos empresários da indústria congelarem seus programas de investimentos para os próximos 12 meses, o maior percentual da série histórica da FGV, iniciada para esta sondagem, em 1998.

No setor de comércio e serviços, o percentual também é alto, 29% e 32% respectivamente. Mas é na construção civil que o desalento é maior: 38% das empresas não têm planos de expansão, substituição de maquinário ou aumento da capacidade produtiva.

Até entre os empresários do setor que contam com plano de investimentos para este ano, 49% não garantem se cumprirão com o planejamento inicial. Nos serviços, o percentual é de 37% e no comércio e indústria, de 36%.

"Percebemos um acúmulo de fatores econômicos e políticos que geram incertezas e, por isso, postergam investimentos. Além disso, a limitação de crédito e o custo de financiamento é sentido por todos os setores", diz Aloisio Campelo, superintendente adjunto de Ciclos Econômicos da FGV.

As dúvidas acerca da demanda também estão entre os maiores obstáculos para a ampliação de investimentos.

Na indústria e na construção, a limitação de recursos das empresas aparece como segundo maior freio ao direcionamento de novos aportes nos negócios. Entre o empresariado do comércio e o de serviços, o desafio está na carga tributária.

## **Busca das empresas por crédito tem pior queda em 2 anos, diz Serasa**

19/05/2015 - Fonte: Brasil Econômico

A procura das empresas brasileiras por crédito caiu 6,5% em maio ante igual mês do ano passado, o maior recuo em dois anos, informou nesta quinta-feira a Serasa Experian, citando fatores como as altas taxas de juros e o baixo nível de confiança empresarial para explicar o declínio.

No acumulado do ano, porém, a demanda por crédito ainda registra alta de 4,1% ante o mesmo período do ano passado.

Já na comparação entre maio e abril deste ano, o indicador da Serasa registrou queda de 3,4%. Segundo afirmaram economistas da Serasa em nota, a diminuição da procura por crédito em maio, como em abril, "sinaliza que a atividade produtiva empresarial está em declínio" no segundo trimestre de 2015, acrescentando que isso agrava "o atual quadro recessivo da economia brasileira".

No detalhamento da busca por crédito por porte empresarial, a maior queda foi registrada entre as firmas médias, com retração de 22,3% na procura em maio ante o mesmo mês de 2014. Entre as grandes companhias, a procura caiu 17,5%, e entre as pequenas e médias empresas a busca por crédito recuou 5,5%, segundo dados da Serasa.

## **Crise força indústrias a interromper atividades e cortar postos de trabalho**

19/05/2015 - Fonte: Instituto Aço Brasil

A indústria se ajusta em cadeia à retração do consumo, adotando medidas para baixar os estoques, o que já resulta em cortes de empregos ou dispensa temporária dos trabalhadores.

A Fiat Automóveis concederá férias coletivas de 10 dias a partir de 1º de julho a 12 mil trabalhadores do seu parque industrial de Betim, na Grande Belo Horizonte, paralisando toda a produção.

O mecanismo é adotado pela terceira vez neste ano, agora envolvendo mais de 60% do quadro de pessoal da companhia. A Fiat lançou mão das férias logo depois de uma parada técnica – a produção foi interrompida de 8 a 12 de junho –, acompanhando as paralisações adotadas por outras empresas do setor, como a GM, que na segunda-feira anunciou a interrupção de todas as suas linhas no Brasil, e a Mercedes-Benz.

Com a crise nas montadoras e a queda das encomendas dos fabricantes de máquinas e da construção civil, as indústrias siderúrgicas eliminaram 11.188 postos de trabalho desde junho do ano passado, informou ontem o Instituto Aço Brasil (IABr).

Outros 1.397 empregados do setor estão com seus contratos de trabalho suspensos, no sistema do chamado lay off. Há 20 unidades desativadas ou paralisadas no país, incluindo alto-fornos, aciarias e laminadores, entre outros equipamentos.

A Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) decidiu orientar as empresas a adotarem todas as medidas permitidas na legislação trabalhista, inclusive a redução de jornada, para enfrentamento de uma das maiores turbulências enfrentadas pelo setor.

No começo da cadeia da produção industrial, a mineradora Vale paralisou a produção de ferroligas da sua unidade de Ouro Preto, na Região Central de Minas Gerais, e iniciou a transferência dos trabalhadores para outras unidades. Em Barbacena, na mesma região, a empresa reduziu a produção local de ferroligas.

Ainda na cadeia da indústria de transformação, os fabricantes de calçados de Nova Serrana, no Centro-Oeste de Minas, sentem a queda do consumo e foram obrigados a reduzir em 50% a produção, o que levou à demissão de 700 trabalhadores nos últimos dois meses. As dificuldades são retrato do desaquecimento de todo o setor no país, que estima um corte de 25 mil empregos

A comercialização de veículos caiu 17% de janeiro a março, impactando diretamente o fornecimento das indústrias siderúrgicas. De acordo com o IABr, houve redução de 13,6% das vendas de produtos siderúrgicos no mercado brasileiro de janeiro a maio, na comparação com o mesmo período do ano passado.

O presidente-executivo da instituição, Marco Polo de Mello Lopes, afirmou, ontem, que o setor se debate numa turbulência com impactos mais graves que aqueles vistos em 2008, em razão da crise financeira mundial.

“Trata-se da maior crise que o setor já viveu. Olhamos agora com inveja para economias em recuperação no mundo, seja nos Estados Unidos, seja na Europa.”

## **Apreensão**

Os sindicatos locais dos metalúrgicos de Ouro Preto e Barbacena temem demissões em massa. Ao justificar as medidas adotadas, a Vale destacou que “contratos atuais de eletricidade expiraram e custos de energia aumentaram, impossibilitando a viabilidade econômica da operação de ferroligas”.

Por meio de sua assessoria de imprensa, a mineradora informou ontem que não há desmonte da unidade de Ouro Preto, onde estão sendo feitos programas de manutenção e treinamento de pessoal.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Ouro Preto, Carlos Wagner de Carvalho, disse que não há qualquer garantia dos empregos e informações claras sobre o destino da unidade. O problema foi discutido em assembleia dos trabalhadores (são cerca de 160) realizada ontem.

“A transferência pode significar reestruturação ou mais à frente uma pulverização das demissões para não caracterizar dispensa em massa”, disse o sindicalista, que aguarda a definição de audiências públicas pedidas à Assembleia Legislativa de Minas Gerais e à Câmara dos Deputados para debater a situação.

O presidente do sindicato de Barbacena, onde a Vale emprega 211 pessoas, Jaci da Silva Coelho, espera que a unidade retome a produção em julho.

## **Setor calçadista entorta o passo**

Chegou em 2013 e, aos poucos, foi enfraquecendo o setor, até que, neste ano, estourou, de vez, a crise da indústria calçadista no país.

Um segmento que vivia, em 2011 e 2012, em lua de mel com a economia brasileira, crescendo cerca de 10% e alcançando a cifra de 600 milhões de pares consumidos ao ano, assiste, agora, à “queda livre” de faturamento em torno de 30%, redução de 50% no quadro de funcionários de algumas fábricas e retração de 9,1% na produção nacional.

Somente este ano, já foram fechadas 25 mil vagas nas indústrias calçadistas do Brasil. Em Minas Gerais, a produção de algumas fábricas caiu mais de 50% e o desemprego na área chegou a 5%, com cerca de 2 mil demissões.

Essa “pedra no sapato” veio para Marília de Souza Lima, de 72 anos. Há mais de 30 anos na área de calçados em Belo Horizonte, Marília é dona da fábrica Pé de Fadas e conta que já teve, em 2013, cerca de 30 funcionários. “Em 2014, tive que passar para seis e, este ano, estou contando com dois”, lamenta.

Ela diz que já chegou a faturar R\$ 25 mil por semana com a venda de seus calçados. “Na semana passada, não chegou a R\$ 800, sendo que tenho que pagar R\$ 600 a funcionários.

Lembro que recebia ônibus de excursões de fora toda a semana, este ano eu recebi somente dois ônibus.

Diminui o preço do meu produto, passei de R\$ 49 para R\$ 35, mesmo assim, não tem ninguém comprando”, reclama. Ela diz que sua fábrica já produziu 700 pares semanais e, agora, não chega a 70.

O aperto de Marília que é também o de tantos outros micro e pequenos empresários do ramo é justificado pela Associação Brasileira de Indústria de Calçados (Abicalçados) com o endividamento das famílias brasileiras, que já chega a 46,30% (maior percentual em 10 anos); e a inflação de 8,47% no acumulado dos últimos 12 meses.

“Com isso, há uma queda muito forte no consumo, o que vem causando demissões de 8% este ano no nosso segmento, com perda de 25 mil vagas em todo o país”, ressalta o presidente-executivo da Abicalçados, Heitor Klein. Segundo ele, essa crise parece mais poderosa.

Em Minas Gerais, de acordo com dados da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg) as horas trabalhadas no segmento calçadista do estado diminuíram 7,84% em abril, frente ao mesmo mês do ano passado.

“Houve uma redução de cerca de 50% de mão de obra de algumas fábricas. Muitas estão correndo o risco de fechar as portas”, comenta o presidente do Sindicato da Indústria de Calçados de Minas Gerais (Sindicalçados), Jânio Gomes.

Conhecido no país inteiro, o principal polo de fabricação de calçados de Minas Gerais, a cidade de Nova Serrana, no Centro-Oeste, também tem sentido o impacto da crise econômica.

De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego, o município teve saldo negativo de 1.218 pessoas nos últimos 12 meses até abril na indústria de transformação. Somente em abril e maio, 700 vagas foram fechadas em fábricas de calçados da cidade.

## **Pensão por morte e aposentadoria têm novas regras**

19/05/2015 - Fonte: COAD

Foi publicada no Diário Oficial de hoje, 18-6, a [Lei 13.135](#), de 17-6-2015, resultante do Projeto de Lei de Conversão, com alteração, da [Medida Provisória 664](#), de 30-12-2014, entre outras disposições, altera os artigos 16, 26, 29, 60, 74, 77, 151 e revoga o § 2º do artigo 17 e o § 4º do artigo 77, todos da [Lei 8.213](#), 24-7-91, bem como altera o artigo 12 da [Lei 10.666](#), de 8-5-2003.

Entre as novidades trazidas pela Lei 13.135/2015, observadas as alterações anteriormente trazidas pela MP 664/2014, destacamos que:

- a partir de 180 dias contados de 18-6-2015, as pessoas com deficiência grave passam a ser dependentes dos segurados da Previdência Social;
- independe de carência de 2 anos a concessão da pensão por morte, uma vez que não foi aprovado o dispositivo da MP 664/2014 que condicionava a concessão do benefício ao cumprimento da referida carência;
- o auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez voltam a ser pagos pela Previdência Social a partir do 16º dia de afastamento da atividade e caberá ao empregador pagar o salário integral do empregado durante os primeiros 15 dias consecutivos de afastamento no caso doença ou de acidente de trabalho;
- a pensão por morte volta a ser 100% do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou teria direito a receber se estivesse aposentado por invalidez na data da morte;
- foi fixada uma tabela de duração das pensões aos cônjuges ou companheiros, estabelecendo como base a idade do pensionista na data do óbito do segurado, condicionando ao recolhimento de 18 contribuições mensais e a comprovação de pelo menos 2 anos de casamento ou união estável até a data do óbito;

- os atos praticados com base em dispositivos da MP 664/2014 serão revistos e adaptados ao disposto nesta Lei.

Também foi publicada no Diário Oficial a [Medida Provisória 676](#), de 17-6-2015, que acresce o artigo 29-C à [Lei 8.213/91](#), disciplinando que o segurado da Previdência Social poderá optar pela não incidência do fator previdenciário ao requerer a aposentadoria por tempo de contribuição, para tanto, o total resultante da soma da idade mais o tempo de contribuição deverá ser igual ou superior a 95 pontos, para homem, e 85 pontos, para mulher, observado o tempo mínimo de contribuição de 35 anos (homem) e 30 anos (mulher).

## **Indústria de São Paulo perde 17 mil empregos em maio, aponta Fiesp**

19/05/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

No mês passado, as indústrias do Estado perderam 17 mil empregos, segundo levantamento divulgado nesta quinta-feira (18) pelo Fiesp/Ciesp (Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo).

No total, 26 das 36 regiões em que as entidades dividem o Estado tiveram demissões em maio, em setores como o automobilístico, produtos de metal, máquinas e equipamentos e calçadista.

A indústria perdeu, no total, 0,71% de suas vagas no interior, superior à queda de 0,66% registrada na Grande São Paulo. A média do Estado ficou em -0,70%, ante -0,48% de maio de 2014.

As três regiões com pior situação foram as de Sorocaba (-2%), Bauru (-1,9%) e Santo André (-1,8%), graças aos setores de autopeças, confecção e produtos de metal, respectivamente.

### **35 MIL VAGAS A MENOS NO ANO**

"No ano, já são 35 mil vagas a menos, e deve vir mais, pois a situação está se agravando e o ritmo [de demissões] não diminuiu.

Não há um indicador que aponte que vá melhorar", disse Guilherme Moreira, gerente do departamento de pesquisas e estudos econômicos da Fiesp.

O acumulado do ano aponta queda de 1,41% no nível de empregos industriais no Estado, pior cenário desde 2009 —ano seguinte à eclosão da crise na economia global—, que registrou -1,42%. Em 2014, o nível era de 0,65%.

No mês de maio, a queda foi impulsionada pelos setores coureiro-calçadista, eletroeletrônicos e automobilístico. Dos 22 setores pesquisados, 18 tiveram demissões.

A principal exceção foi o setor de produtos alimentícios, mas, mesmo assim, são vagas sazonais, devido ao início da safra em usinas produtoras de açúcar —2.276 vagas.

## Confiança do empresário para de cair, informa pesquisa da CNI

19/05/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

ÍNDICE DE CONFIANÇA DO  
EMPRESÁRIO INDUSTRIAL (ICEI)  
em pontos



Obs. Os valores variam de zero a cem.  
Abaixo de 50 indicam falta de confiança.  
Fonte: CNI

Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) não registra queda pelo terceiro mês consecutivo, mas permanece abaixo da linha divisória dos 50 pontos, que separa o otimismo do pessimismo

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) ficou em 38,9 pontos em junho, valor apenas 0,3 ponto superior ao de maio, dentro da margem de erro do indicador, de 1,0 ponto.

Esse é o terceiro mês consecutivo que o indicador não cai, o que não ocorria desde o primeiro trimestre de 2012, informa a pesquisa divulgada nesta quinta-feira (18), pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

"Ressalte-se, contudo, que a confiança ainda não mostra sinais de recuperação", destaca o estudo.

Mesmo com a leve variação, o ICEI continua distante da linha divisória dos 50 pontos, que separa o otimismo do pessimismo.

"O índice recuou 8,6 pontos nos últimos 12 meses e encontra-se 17,2 pontos abaixo da média histórica, de 56,1 pontos", observa a CNI. "São 15 meses seguidos de falta de confiança do empresário."

O pessimismo dos empresários é resultado da percepção negativa dos empresários sobre a situação atual e as expectativas para os próximos seis meses das empresas e da economia.

Em junho, o indicador sobre as condições das empresas e da economia foi de 29,6 pontos e o de expectativas para os próximos seis meses alcançou 43,6 pontos.

A pesquisa foi feita entre 1º e 12 de junho com 2.987 empresas, das quais 1.178 são pequenas, 1.125 são médias e 684 são de grande porte.



## Setor do aço vive uma crise profunda e estima demitir mais 4 mil

19/05/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

A indústria brasileira do aço enfrenta sua maior crise desde 2009, quando foi atropelada pela debacle do banco Lehman Brothers, nos EUA, em setembro de 2008, que arrastou toda a economia mundial.

Na época, teve de fechar seis altos-fornos, mas praticamente não foi obrigada a demitir. Agora, acaba de registrar recuo nas vendas interna, em maio, acima de 22% sobre o volume de um ano atrás, e o consumo aparente do mercado no país, somando importação com despachos locais, teve retração de quase 23%.

Neste momento, o setor já computa 11,2 mil demissões de funcionários desde junho de 2014. Além disso, 1,4 mil trabalhadores – a maioria da fabricante de tubos Vallourec-Sumitomo, em Minas entraram em regime de “layoff” (suspensão temporária de contratos de trabalho). A Usiminas desativou dois de seus altos-fornos no início do mês.

Outros 4 mil postos de trabalhos do setor são quase certo que serão cortados nos próximos meses se a situação de fraca demanda persistir. Essa é a projeção do Instituto Aço Brasil, que reúne as siderúrgicas locais, em levantamento inédito da situação operacional de cada uma das empresas no país.

“No momento, temos 20 unidades de produção desativadas ou paralisadas, sendo dois alto-fornos, quatro aciarias e quatro laminadores”, afirmou Marco Polo de Melo Lopes, presidente-executivo da entidade.

Segundo ele, o problema pode se agravar ainda mais se não houver medidas para toda a cadeia produtiva da indústria de transformação do país.

“Em 2009, o mundo inteiro, exceção de China e Índia, mergulhou numa crise enorme. Agora, o Brasil vive, devido a seus problemas, uma crise grande, enquanto outras economias, como EUA e União Europeia, vêm apresentando desempenho bem melhor”, avalia Lopes.

De janeiro a maio, as vendas das siderúrgicas locais só não são piores que a de igual período de 2009. Na época, desabou mais de 41% sobre o ano anterior, como mostram números compilados pelo instituto. O mesmo pode se dizer para o consumo aparente, que nas mesmas bases de comparação tiveram retração de 37,8%.

Com a crise de consumo nas indústrias automotiva – projeção de 20% neste ano -, de bens eletrodomésticos, na construção civil (forçada a reduzir lançamentos), e de máquinas e equipamentos, a siderurgia opera no acumulado de 12 meses, até o fim de maio, com utilização abaixo de 70% da capacidade instalada de produção.

As siderúrgicas estão aptas a fabricar 49 milhões de toneladas de aço bruto por ano. Fizeram 34 milhões. As principais produtoras são Usiminas, CSN, Gerdau (que paralisou usinas no ano passado), ArcelorMittal, Votorantim, V & M (tubo), Aperam e ThyssenKrupp CSA.

Com as demissões de pessoal que deverão se efetivar nos próximos meses, o índice de corte da força de trabalho no setor deve atingir 12,5%, comparado aos 122 mil empregados pela indústria no início do ano passado.

Para Lopes, o setor enfrenta uma grave situação conjuntural, diante da retração da economia do país, com PIB negativo e impacto sobre setores que consomem mais de 80% de aço no país.

De outro lado, problemas de ordem estrutural, como câmbio desalinhado em relação aos concorrentes diretos (China, Rússia, Turquia e outros países), energia mais cara do mundo, carga tributária pesada e juros elevados.

“A indústria de transformação no Brasil define a cada dia, há vários anos, e, nos últimos meses o governo mostra-se mais preocupado com o ajuste fiscal, sem olhar o problema da indústria”, afirma. De 25% de peso no PIB do país, já está na faixa de 9% a 10%.

Segundo afirma, não há competitividade para exportar e muito menos para barrar importações, que crescem mês a mês, principalmente da China, tanto diretas como indiretamente (bens como autopeças, que levam aço).

Resultado disso, aponta, é que o setor adiou investimentos de US\$ 2,1 bilhões. Pelos cálculos do Aço Brasil, com isso deixaram de ser criados 7,2 mil empregos diretos. Vários projetos foram congelados, caso da ArcelorMittal, em João Monlevade (MG) – unidade de alto-forno e aciaria – e em São Francisco do Sul (SC), uma nova linha de aço galvanizado para setor automotivo. No total, existem 21 equipamentos encaixotados, entre eles fornos laminadores.

Ontem, o Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda), dedicado ao mercado de aços planos, decidiu revisar sua projeção de vendas para este ano após análise da crise da siderurgia. Passou de retração de 5% para 12%.

Se as projeções para junho se confirmarem, a rede prevê recuo de vendas de 18,7% neste semestre, disse Carlos Loureiro, presidente do Inda.

Lopes informou que Aço Brasil e quatro outras entidades da cadeia de transformação – Abimaq, Sindipeças, Abitam e Sictel – pediram uma audiência urgente ao Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, para expôr a situação do setor. “É a maior crise da siderurgia brasileira em sua história”, arremata.

### **Camex reduz Imposto de Importação de metal usado em perfurações do pré-sal**

19/05/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) diminuiu o Imposto de Importação de duas matérias-primas industriais e prorrogou a redução da alíquota de outros dois insumos para evitar o desabastecimento no mercado interno. Entre os produtos beneficiados, está um metal usado na perfuração dos campos da camada pré-sal.

A medida consta de resolução publicada hoje (18) no *Diário Oficial da União*. Com grande resistência a altas temperaturas, o ferro molibdênio teve a tarifa reduzida de 6% para 2% pelos próximos 12 meses para uma cota de importação de 2.911 toneladas.

Além dos equipamentos do pré-sal, o metal, também caracterizado pela alta condução de eletricidade e de calor, é usado no setor de aviação e em motores industriais.

A Camex diminuiu ainda, de 10% para 2% o Imposto de Importação dos lignossulfatos para os próximos 12 meses e uma cota de 72 mil toneladas. Produtos de origem vegetal, os lignossulfatos são usados na indústria química, na produção de alimentos para animais e de defensivos agrícolas e na fabricação de aditivos plastificantes pela construção civil.

A resolução prorrogou por um ano, a partir de 23 de julho, a tarifa reduzida de 2% para dois compostos químicos: a monoisopropilamina (com cota de 26.282 toneladas) e a dimetilamina (com cota de 7 mil toneladas).

Originalmente, a monoisopropilamina paga 14% para entrar no país; e a dimetilamina, 12%. Os dois insumos são usados na fabricação de defensivos agrícolas e de herbicidas.

### **Votorantim lança oferta por papéis de mineradora peruana Milpo**

19/05/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

A brasileira Votorantim lançou uma oferta de compra parcial pelas ações ordinárias da peruana Milpo, o que contribuía para o avanço de papéis de mineração e o avanço do principal índice da bolsa peruana de mais de 2 por cento.

A filial no Peru da brasileira Votorantim lançou uma oferta pública de aquisição (OPA) por 10 por cento das ações ordinárias da Milpo, com o que busca elevar sua participação atual de 51 por cento. A Votorantim ofereceu pagar 2,85 soles por cada papel da Milpo, o que implica um prêmio de 35 por cento com relação ao fechamento das ações da mineradora na terça-feira.

A oferta da brasileira expira em 15 de julho e a operação envolve o equivalente a 118 milhões de dólares, segundo o prospecto da OPA, por 130.975.829 ações ordinárias com direito a voto da mineradora peruana. A Milpo é a segunda produtora de chumbo e a terceira de zinco do Peru, um importante abastecedor global de minerais.

### **Iveco projeta crescer mesmo com cenário de queda**

19/05/2015 - Fonte: Automotive Business



As vendas de caminhões em 2015 não devem ultrapassar as 96 mil unidades, o que representaria uma queda expressiva de 40% sobre o desempenho do ano passado, quando foram entregues 159,1 mil unidades. A projeção é da Iveco, que mesmo com este cenário conflitante, mantém planos de aumentar sua participação no mercado.

“Há pouco mais de um mês, prevíamos um mercado total de 107 mil caminhões em 2015. Esperávamos uma pequena retomada em maio e em junho. Sentimos que, por mais que o governo tenha adotado medidas de concessões e mesmo com a expectativa de mais uma safra recorde, ainda não há efeitos disso sobre o mercado”, explica Ricardo Barion, diretor de marketing.

Para o executivo, apesar da queda prevista para o ano, o segundo semestre deve apresentar alguma melhora quando comparado com os primeiros seis meses.

“Talvez aconteça uma mudança do mix mesmo que dentro do efeito de retração, com alguma reação para os pesados: até maio, é o segmento que apresenta a maior queda, de 60%, no comparativo anual. Para o segundo semestre, esse segmento deve

apresentar desempenho que o leve a ficar com índice menor de queda, entre 50% e 54%. Em termos gerais de volume, será melhor que o primeiro semestre.”

A tendência histórica de que o segundo semestre é tradicionalmente mais forte que o primeiro sustenta a expectativa da empresa de aumentar sua participação. “No acumulado entre janeiro e maio, registramos market share de 8,1%. Considerando só o mês de junho, já estamos com 8,8%. Nosso objetivo é encerrar 2015 com 8,5%, considerando que encerramos 2014 com 7,8%”.

Barion conta com a vantagem da Iveco ser uma empresa full liner, o que significa atuar em todas as categorias de produtos. Ele conta que a empresa prepara uma série de ações para encarar a segunda metade do ano com mais fôlego para atingir a meta.

Entre elas, uma ação específica de test drive focada em pequenos e médios clientes, cuja experimentação de caminhões leves, médios e pesados será realizada em pontos estratégicos aproveitando a infraestrutura de postos de combustíveis espalhados pelo País.

Por outro lado, a empresa justifica sua decisão em não participar da Fenatran deste ano: “Estamos em um momento que exige ajustes duros e Fenatran representa um investimento muito alto para qualquer montadora, que não a faz por menos de R\$ 5 milhões considerando uma média de área comum de 2,5 mil metros quadrados.

Mercadologicamente não faz sentido investir na feira especialmente neste momento de corte de produção. Tivemos que decidir não participar a partir de uma coesão de vários níveis da organização.

Temos lançamentos marcados para este ano e especialmente para 2016, mas que podem ser feitos de forma independente, não necessariamente dentro da feira. Algumas coisas podem esperar e este é o caso dentro do ‘aperto de cintos’ que tivemos que fazer. É uma ação dura que tivemos que adotar, mas acertada”, argumentou Marco Borba, vice-presidente da Iveco para a América Latina.

## **FCA está empenhada em fusão com General Motors**

19/05/2015 - Fonte: Automotive Business

Crescem os rumores sobre uma possível fusão entre Fiat Chrysler Automobiles (FCA) e General Motors. A Reuters aponta que as empresas estariam consultando bancos de investimento em busca de aconselhamento sobre o negócio. A agência indica que a GM mantém relacionamento com o Goldman Sachs, enquanto o grupo italiano trabalha com o UBS.

Apesar de a CEO da GM, Mary Barra, já ter declarado que não tem interesse na parceria, fontes da publicação garantem que Sergio Marchionne, CEO da FCA, não desistiu. Ele estaria trabalhando em um plano de fusão e usa ainda sua influência para convencer membros do conselho de administração da companhia norte-americana de que o negócio é interessante para as duas organizações.

O líder da FCA defende há alguns anos a necessidade de consolidação entre as empresas do setor automotivo, com fusão de montadoras globais com foco no compartilhamento dos custos cada vez mais elevados. A área de pesquisa e desenvolvimento encarece gradualmente com o aperto das legislações de consumo de combustível e emissões de poluentes.

Marchionne enfrentará, no entanto, um problema importante se realmente quiser

concretizar o plano. Enquanto a concorrente sediada em Detroit tem valor de mercado estimado em US\$ 57 bilhões, com faturamento anual de US\$ 156 bilhões, a FCA é avaliada em US\$ 20 bilhões e registrou receita de € 96 bilhões em 2014.

Outro agravante é que a empresa representada pelo executivo italiano tem uma das maiores dívidas industriais do mundo, de € 5,6 bilhões.

Apesar de soar improvável, analistas consultados pela Reuters apontam que o ambicioso plano pode ter algum potencial justamente por causa de Marchionne, conhecido por ser um negociante agressivo e sem medo de correr riscos.

Há ainda indícios de que o executivo tem o apoio da família Agnelli, detentora da maior participação acionária no conglomerado italiano. Recentemente o herdeiro John Elkann, que é presidente do conselho da FCA, teria afirmado que a companhia pretende agir com determinação para fechar negócio caso encontre um objetivo que faça sentido.

### **Fiat dará férias coletivas a 12 mil em 1º de julho**

19/05/2015 - Fonte: Automotive Business



A Fiat dará férias coletivas de dez dias em sua unidade de Betim (MG) a partir do dia 1º de julho. O recesso afetará trabalhadores da produção e da área administrativa, envolvendo, portanto, cerca de 12 mil funcionários. Esta será a terceira vez que a montadora para em 2015.

A primeira interrupção ocorreu no início do ano e afetou 4 mil funcionários. Neste mês de junho a unidade de Betim passou por uma parada técnica (para manutenção) entre os dias 8 e 12. A fabricante alega necessidade de ajustar a produção à demanda atual.

De janeiro a maio, a empresa teve 200 mil veículos (automóveis e comerciais leves) emplacados. O número é 31,3% menor que o registrado nos mesmos cinco meses de 2014, quando 291 mil unidades Fiat zero-quilômetro foram licenciadas. Como comparação, o mercado total de automóveis e comerciais leves recuou 20% neste mesmo período.

### **Receita de serviços tem queda real de 6,6%**

19/05/2015 - Fonte: Automotive Business

A receita nominal do setor de serviços registrou um crescimento de 1,7% em abril frente a igual mês do ano anterior, anunciou nesta quinta-feira (18) o IBGE. O resultado é inferior aos 6,1% registrados em março, mas superior ao 0,9% de fevereiro. A taxa de abril é a segunda menor da série histórica iniciada em 2012, atrás apenas da de fevereiro deste ano. No Paraná, o tombo foi ainda maior: recuo de 1%, após uma alta de 7% em março.

Descontada a inflação de serviços (8,3% nos 12 meses encerrados em abril deste ano, segundo o IPCA), a receita do setor apresentou queda de 6,6%, a 14.<sup>a</sup> consecutiva nesse tipo de comparação e a terceira maior da série histórica, segundo cálculo feito pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) com base na pesquisa do IBGE.

De acordo com Fabio Bentes, economista da entidade, com essa queda, o setor de serviços acumula retração real (acima da inflação) de 5,8% nos quatro primeiros meses do ano.

Pelos dados do IBGE (que não levam em conta a inflação), no ano, a taxa acumulada atingiu 2,6%. Em 12 meses, a alta é de 4,3%. Os serviços profissionais, administrativos e complementares foram os que mais cresceram (6,7%). Já os serviços de informação e comunicação e outros serviços registraram resultado negativo de 0,1% e 2,2%, respectivamente.

Primeiro indicador conjuntural mensal que investiga o setor de serviços no país, a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) inclui as atividades do segmento empresarial não financeiro, exceto os setores de saúde, educação, administração pública e aluguel imputado – o valor que os proprietários teriam direito de receber se alugassem os imóveis onde moram.

O setor de serviços é um dos mais importantes na composição do Produto Interno Bruto (PIB), respondendo por cerca de 60% do chamado lado da oferta – formado também por indústria e agropecuária. O setor fechou 2014 com alta acumulada de 6%, a menor da série histórica.

Em 2012, o faturamento dos serviços avançou 10% e, em 2013, 8,5%. Como a pesquisa é recente, o IBGE ainda não divulga números oficiais descontando a inflação. Com isso, os dados mostram apenas o aumento do faturamento, e não o avanço do volume de vendas.

O segmento de serviços prestados às famílias cresceu 1,2% frente a abril de 2014, inferior às taxas de março (2,5%) e fevereiro (6,8%). A variação acumulada no ano é de 4,9% e em 12 meses, de 7%. No Paraná, o desempenho foi melhor: alta de 9,9%.

### **Economia inicia 2º tri com queda de 0,84% em abril, pior que o esperado**

19/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A economia brasileira iniciou o segundo trimestre com contração pior do que o esperado, indicou o Banco Central nesta sexta-feira (19), reforçando a perspectiva de recessão diante do cenário de debilidade da indústria e da fragilidade do comércio varejista.

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), espécie de sinalizador do Produto Interno Bruto (PIB), caiu 0,84% em abril sobre março, segundo dados dessazonalizados.

Para piorar o cenário, o BC revisou para uma queda de 1,51% o resultado de março sobre o mês anterior, segundo números dessazonalizados, contra recuo de 1,07% divulgado antes.

Na comparação com abril de 2014, o tombo foi de 3,29%, acumulando recuo de 2,4% no ano e de 1,38% em 12 meses, sempre em números dessazonalizados.

## **Fragilidade**

A atividade econômica brasileira vem mostrando fragilidade de forma disseminada entre seus setores. Enquanto as vendas do varejo recuaram 0,4% em abril sobre março, na pior marca para o mês em 12 anos e bem abaixo das expectativas do mercado, a produção industrial brasileira caiu 1,2%, no terceiro resultado mensal negativo.

No primeiro trimestre, a economia brasileira encolheu 0,2% ante os últimos três meses do ano passado, com os investimentos caindo novamente e registrando a maior sequência negativa da série histórica.

Os números têm como pano de fundo um cenário econômico marcado por ajuste fiscal, juros e inflação em alta, deterioração do mercado de trabalho e da confiança do consumidor.

Diante desse horizonte, economistas de instituições financeiras vêm sucessivamente piorando sua projeção para o Produto Interno Bruto (PIB) deste ano.

A pesquisa Focus mais recente aponta para retração de 1,35% do PIB em 2015, na pior leitura para a atividade em 25 anos e no primeiro resultado negativo desde 2009. A isso soma-se a perspectiva de inflação de quase 9%.

O IBC-Br incorpora projeções para a produção no setor de serviços, indústria e agropecuária, bem como o impacto dos impostos sobre os produtos.

## **Ford interrompe de novo a produção no ABC**

19/05/2015 - Fonte: Exame



Automóveis: a produção industrial brasileira recuou 2,5 % em fevereiro, o pior resultado mensal em pouco mais de quatro anos, afetada pelo mau desempenho do setor de bens de consumo e colocando em risco a recuperação da atividade econômica do país.

A Ford dará nova dispensa aos trabalhadores de São Bernardo do Campo (SP) para ajustar a produção à demanda.

É a segunda parada na unidade neste mês. Os 800 operários da linha de caminhões ficarão em casa dos dias 22 a 30 de junho.

O pessoal de carros será dispensado na sexta-feira, 19, totalizando 3 mil pessoas.

Na Bahia, os 4,7 mil funcionários terão folgas de 22 a 24 de junho.

## **Sindicato retira indicativo de greve dos motoristas e cobradores de Curitiba**

19/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



O Sindicato dos Motoristas e Cobradores de Curitiba e região (Sindimoc) retirou o indicativo de greve da categoria e o sindicato que representa os empresários do setor de transporte, o Setransp, não vai demitir nenhum sindicalista até o dia 29 de junho.

Essas decisões fazem parte do acordo realizado entre patrões e empregados em uma reunião realizada na tarde desta quinta-feira (18), em Curitiba, com mediação do Ministério Público do Trabalho no Paraná (MPT-PR).

Uma nova reunião entre as partes, também com mediação do MPT-PR, será realizada no dia 29 de junho. Até lá, não haverá mais demissões e a greve está descartada. Segundo o Sindimoc, não haverá necessidade de uma assembleia para a retirada do indicativo de greve.

O órgão mediador criou um Procedimento Promocional (Promo), que é uma forma de mediação de conflitos entre a classe patronal e a trabalhadora.

Até esta data, nenhum sindicalista deverá ser demitido e os motoristas e cobradores não devem entrar em greve. O procedimento, segundo o MPT-PR, poderá ser acompanhado pela internet pelas duas partes.

No caso do descumprimento do acordo feito nesta quinta-feira por um dos sindicatos, o outro poderá protocolar uma reclamação e aquele que descumpriu o acordo terá um prazo para se manifestar a respeito do ocorrido.

### **Conflito**

O indicativo de greve foi aprovado pelo Sindimoc em assembleia realizada na quarta-feira (17) devido a reclamações dos motoristas e cobradores por causa de demissões de sindicalistas das empresas.

A decisão ocorreu um dia após um protesto que interrompeu a circulação dos ônibus que passam pela Praça Rui Barbosa e ficaram parados durante uma hora durante a tarde de terça-feira (16).



## **Votorantim lança oferta para aumentar fatia na peruana Milpo**

19/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



O Grupo Votorantim planeja aumentar sua participação na mineradora peruana Milpo, numa operação que pode totalizar US\$ 116 milhões.

A Votorantim Metais, unidade do conglomerado, lançou uma oferta pública para comprar até 131 milhões de ações na Milpo, oferecendo 2,85 novos sóis peruanos por papel.

Com a oferta, a Votorantim pretende ampliar sua fatia na Milpo de 50% para 60%.

A localização da Milpo no Peru e sua condição de mineradora local garantem à Votorantim acesso aos recursos geológicos e vibrante mercado do Peru, segundo comunicado recente da Fitch.

A Milpo é uma produtora de zinco de baixo custo, com ativos diversificados no Peru e Chile.

## **Cade aprova aliança da CSN com sócios na Namisa para Congonhas Minérios**

19/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou sem restrições a aliança da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) com sócios na Namisa, integrantes do Consórcio Asiático, para a reunião de ativos na Congonhas Minérios.

O aval foi publicado nesta sexta-feira no Diário Oficial da União.

Com a operação, a Congonhas Minérios reunirá a produtora de minério de ferro Namisa, ativos relacionados à mina de ferro Casa de Pedra e de logística, com contribuições de ambos os lados.

O Conselho da CSN aprovou o acordo em dezembro do ano passado, após a companhia ter buscado há alguns anos a fusão dos ativos, afirmando que a investida traria ganhos de escala e de produtividade para a área.

A CSN deterá aproximadamente 85 por cento e as sócias cerca de 15 por cento da Congonhas Minérios, segundo documento do Cade.

O órgão antitruste afirmou que a nova configuração da parceria não implica a princípio alteração dos efeitos concorrenciais do negócio.

## **Nucor prevê queda no lucro com importações pressionando preços do aço**

19/05/2015 - Fonte: Reuters

A Nucor, maior siderúrgica dos Estados Unidos em valor de mercado, projetou uma queda no lucro trimestral conforme as importações mais baratas de aço continuam a pressionar os preços médios de venda do produto.

A força do dólar nos últimos trimestres tem prejudicado as siderúrgicas norte-americanas, uma vez que os importados mais baratos da China, maior fabricante de aço, inundam o mercado dos EUA, impactando os preços.

As importações responderam por cerca de 32 por cento do mercado de aço acabado nos primeiros cinco meses de 2015, ante cerca de 26 por cento no mesmo período no ano passado, informou a Nucor nesta quinta-feira.

A companhia previu lucro de 0,20 a 0,25 dólar por ação para o segundo trimestre encerrado em 4 de julho, bem abaixo da estimativa média entre analistas de 0,31 dólar, segundo a Thomson Reuters I/B/E/S.

O lucro da companhia alcançou 0,46 dólar no mesmo período do ano passado.

## **CSP vai faturar US\$ 1,7 bi por ano e exportar US\$ 1,6 bi**

19/05/2015 - Fonte: O Povo

Quando estiver operando em plena capacidade, a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) terá faturamento anual de US\$ 1,7 bilhão, exportando US\$ 1,6 bilhão, com US\$ 1,2 bilhão em geração de divisas.

Os números são projeção da empresa, feita a pedido do O POVO, com base em preços atuais de mercado. A operação começará no primeiro semestre do próximo ano, devendo atingir sua capacidade plena – 3 milhões de toneladas por ano – até o fim de 2016. O investimento é de US\$ 5,4 bilhões.

Conforme Sérgio Leite, presidente da CSP, as obras do empreendimento estão 75% concluídas. Porém, as obras do Estado que servirão à siderúrgica estão com atraso de até quatro meses. “O atraso é relativo à conexão, o sistema de entrada e saída. Essas obras são de responsabilidade do Estado, estamos vendo com eles como acertar isso”.

Ele reafirma que a produção está toda comprada pelas sócias – as coreanas Posco e Dongkuk, além da brasileira Vale. Entretanto, não descarta que parte da produção seja deixada no mercado nacional futuramente.

“Precisamos de empresa no mercado nacional que demande nossa produção”. Entretanto, ele diz, nenhuma se manifestou.

Sobre o cenário incerto na economia mundial, explica que isso deve exigir adaptações na produção. “Por exemplo, em vez de destinar aço para uma indústria automobilística, eu vou destinar para a indústria naval”.

Também diz que, ao contrário do que já foi especulado, ele não tem notícia de que o projeto já tenha sido posto em reavaliação. “Pelo menos, no tempo em que estou aqui”.

Sérgio assumiu a presidência da CSP em fevereiro de 2014. Antes, era presidente do Conselho de Administração da empresa. Ele recebeu O POVO na manhã de ontem, no escritório da Siderúrgica em Fortaleza.

Tinha acabado de assinar o contrato do milésimo funcionário da CSP – de um total de 2.800 colaboradores diretos e 1.200 terceirizados na fase de operação. O número mil é um cearense, Emmanuel Gonzaga da Silva, técnico em manutenção. Houve comemoração. O POVO – Em que situação está a obra da CSP?

Sérgio Leite - Estamos com cerca de 75% dos ativos físicos construídos. Mas é sempre bom lembrar que a CSP é um projeto integrado. Ele tem uma construção física e, ao mesmo tempo, a formação de uma empresa com todas as suas unidades de negócios.

A companhia está muito conectada com o exterior. A gente vai receber cerca de 7,5 milhões de toneladas/ano de matéria prima. No total, são 10 milhões de toneladas, porque 2,5 milhões de toneladas são para a usina térmica. Já as exportações serão três milhões de toneladas por via marítima.

OP – E como estão as obras do Estado para uso da CSP?

Sérgio - São obras para a entrada e saída de materiais – minério de ferro, carvão e aço. Elas estão com alguma coisa perto de três a quatro meses de atraso. Estamos discutindo com o Governo um plano de recuperação de atraso. Temos reuniões periódicas e estamos trabalhando para recuperar esses prazos.

OP – Ainda assim, vocês mantêm a previsão inicial de operação?

Sérgio - A previsão é para 2016. Ao longo do ano, atingiremos produção plena.

OP – Desde o início, a CSP frisa que toda a produção será das sócias. Mas o cenário econômico - nacional e internacional - está instável. Isso fez algo mudar?

Sérgio - O nosso mercado chama-se sócios. O que a gente observa é que vamos ter que fazer alguma adequação nos nossos produtos. A gente está pensando numa especificação para um determinado mercado, mas aquele mercado muda e você tem que readequar suas operações para atender. Por exemplo, ao invés de destinar aço para uma indústria automobilística, eu vou destinar para uma indústria naval. Então muda a aplicação do produto.

OP – Vocês foram procurados por alguma empresa nacional com demanda por parte da produção?

Sérgio – Para deixar parte da produção aqui, precisaríamos de um absorvedor, que se instale aqui e que tenha necessidade do nosso produto. Havendo oportunidade ou necessidade, você vai fazer. Ainda não fomos procurados.

OP – No início da implantação da CSP existia muita expectativa nos fornecedores locais. Depois, isso virou certa frustração. Quanto vocês estão comprando das empresas cearenses?

Sérgio - Estamos trabalhando os dois vetores que o Ceará possui, de oportunidade concreta e potencial. O Ceará oferece hoje calcário de primeira qualidade. Também estamos atraindo parceiros, como a White Martins (gases industriais). Estamos com 400 contratos em negociação. Muitos podem deixar de ser apenas nossos fornecedores para se tornarem investidores no Estado. Temos o programa de desenvolvimento de fornecedores. Para nós, ter um fornecedor aqui é muito melhor. Agora, podemos incentivar, mas a iniciativa também é do fornecedor.

OP – E eles têm a iniciativa?

Sérgio - Tem muita coisa. Mas é um empreendimento muito singular. Então ainda há muito aprendizado.

OP – Existia a expectativa de quase R\$ 500 milhões em compra de fornecedores locais. Esse número se mantém?

Sérgio – Isso depende da resposta dos contratos. Por exemplo, cal e calcário já comprados da região.

OP – Isso quer dizer que depende de preço e qualidade?

Sérgio – Exatamente. Existe uma necessidade de competitividade.

OP - Vocês receberam, recentemente, a injeção de US\$ 3 bilhões. O projeto dependia desse recurso para ter continuidade?

Sérgio – Esse recurso já estava previsto. A CSP foi um projeto concebido para ter cerca de 50% de capital próprio e 50% de capital financiado. Nós já temos celebrado o acordo e já chegou a primeira parcela.

OP - Em algum momento, o projeto foi reavaliado ou ameaçado?

Sérgio - No tempo em que estou aqui, um ano e três meses, não. Não tive conhecimento dessa reavaliação.

OP – Vocês têm 12 mil empregados no site da CSP. São estrangeiros e brasileiros. Com frequência, surgem conflitos, com denúncia de agressão inclusive. Como vocês administram isso?

Sérgio - A parte social no canteiro de obra é fundamental. Esse é o desafio de todo dia, a manutenção na parte social. Principalmente, quando você tem culturas diferentes. A nossa atitude é de suporte às nossas contratadas, porque os empregados são das contratadas, não são da CSP.

OP – Mas existe uma responsabilidade solidária.

Sérgio - O que a CSP tem que fazer é buscar auxiliar na criação dessa harmonia, dessa paz social. No passado, já houve muito problema, mas hoje não mais.

OP - Vocês estão formando esses operários para trabalhar na siderúrgica?

Sérgio - Vamos abrir oportunidade para algumas especializações.

## **Acordo entre Austrália e China deverá afetar Brasil**

19/05/2015 - Fonte: Diário do Comércio

As mineradoras brasileiras podem perder espaço no mercado internacional, devido ao estreitamento das relações entre China e Austrália, que assinaram nesta semana acordo de livre comércio. Porém, a qualidade do minério de ferro extraído no País deverá minimizar os impactos, na avaliação de especialistas consultados pelo DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Entre os termos do pacto bilateral fechado entre os dois países está a desoneração das importações de commodities estratégicas, como, por exemplo, alumínio e carvão mineral. No caso do minério de ferro, as mineradoras australianas contam com a garantia de isenção das tarifas de importação para os próximos anos.

Com a parceria, na avaliação de especialistas, a Austrália ganha mais uma vantagem sobre o Brasil, principal concorrente no mercado transoceânico. O país da Oceania, em função da proximidade com o mercado chinês, já responde pela maior parte do minério de ferro destinado para a China, com cerca de 60% de market share.

A analista da Concórdia, Daniela Martins, explica que, por causa da posição "privilegiada", a Austrália vem ganhando espaço no mercado chinês de minério de ferro nos últimos

anos, enquanto o Brasil está estagnado. Atualmente, o País responde por aproximadamente 20% das importações do insumo feitas pela China.

Na avaliação de Daniela Martins, o acordo deverá prejudicar as mineradoras que ofertam minério de baixo teor. Segundo ela, até mesmo empresas listadas na bolsa poderão ser afetadas pelo livre comércio entre China e Austrália.

Para o analista independente do blog WhatsCall, Pedro Galdi, o acordo assinado nesta semana poderá ser ruim para a principal mineradora brasileira, a Vale. Porém, conforme ele, os impactos não deverão ser significativos.

O principal motivo, segundo o especialista, é a qualidade do minério de ferro produzido pela empresa brasileira. "O mix da companhia, em grande parte, conta com um teor acima de 62% de ferro", justifica.

Já para o presidente do Conselho Empresarial de Mineração e Siderurgia da Associação Comercial de Minas (ACMinas), José Mendo Mizael de Souza, o acordo poderá afetar o Brasil em todos os aspectos econômicos. Ele lembra que, além de minerais, o País exporta uma série de produtos para o país asiático, entre eles itens do complexo soja.

Desta forma, conforme ele, o Brasil deverá ficar atento à manutenção da competitividade de suas exportações. Mesmo sem o acordo, a Austrália conta com a vantagem competitiva do frete, uma vez que está perto da China.

## **Comércio exterior**

O minério de ferro é o principal item da pauta de exportações de Minas Gerais. A receita com os embarques do insumo siderúrgico recuou 53,4% no acumulado deste ano até maio, ante igual intervalo de 2014.

As vendas externas da commodity movimentaram US\$ 2,605 bilhões nos primeiros cinco meses de 2015, contra US\$ 5,591 bilhões no exercício passado, conforme o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic).

O desempenho negativo se deve à retração nos preços internacionais do insumo siderúrgico. Hoje, a tonelada do minério é negociada por cerca de US\$ 60 a tonelada. No início do ano passado, a mesma quantidade era comercializada por US\$ 135.

## **MMX revisa plano para ter aval de credor**

19/05/2015 - Fonte: Valor Econômico

A mineradora MMX, do empresário Eike Batista, trabalha na revisão do plano de recuperação judicial da companhia, apresentado à Justiça de Minas de Gerais em dezembro do ano passado.

O objetivo com a medida é melhorar as condições de pagamento aos credores e, assim, garantir a adesão da maior parte deles ao plano, o qual vai precisar ser aprovado em assembleia ainda sem data marcada. No total, a empresa reconhece dívidas superiores a R\$ 470 milhões com os credores, muitos dos quais contestam os valores listados.

Uma fonte disse que o plano revisto é resultado de negociações com os credores e com potenciais compradores dos ativos da MMX, entre os quais estão minas de minério de ferro em Minas Gerais, equipamentos e participação no terminal ferroviário de Sarzedo (MG).

A revisão, segundo a fonte, levará a um plano melhor do aquele que foi apresentado pela MMX Sudeste em dezembro de 2014. A MMX Sudeste é uma subsidiária da MMX S.A., empresa listada na bolsa. Foi essa subsidiária que entrou em recuperação judicial. Na controladora, a MMX S.A., Eike detém oficialmente 57,42%.

Em entrevista ao Valor este ano, o empresário reconheceu, porém, que as participações que detém em empresas estão dadas em garantias a credores. A chinesa Wisco detém 10,5% da MMX, a coreana SK Networks, 8,8% e 23,28% estão com minoritários.

"É o melhor que a companhia entende poder fazer", disse a fonte, referindo-se à revisão do plano. O plano original da MMX Sudeste previa três opções de pagamento aos credores quirografários, que têm volumes maiores a receber e cujos créditos não têm garantias reais.

A opção "A" previu o pagamento integral dos créditos em 11 parcelas anuais, corrigidas pelo IPCA. Na opção "B", se estabeleceu o pagamento de 10% do valor do crédito em parcela única. Já na opção "C" o plano previu o pagamento de uma quantia em dinheiro no montante de R\$ 40 mil, limitada ao valor do respectivo crédito.

Na revisão do plano, deve haver uma só opção em que os credores receberão o pagamento a partir da venda ou do arrendamento dos ativos da MMX Sudeste, o que deve representar, no fim, o recebimento pelo credor de um percentual superior aos 10% do valor do crédito previsto na opção "B" do plano original.

Apesar da revisão, a tendência segundo um advogado ouvido pelo Valor, é de que a assembleia de credores da MMX Sudeste seja "áspera". Uma fonte previu que a assembleia poderá ocorrer, no "máximo", em até dois meses. Esta semana terminou o prazo para que os credores fizessem objeções ao plano da MMX.

Além de apresentarem objeções, credores fizeram impugnações sobre os valores de créditos listados. Em maio, o administrador judicial nomeado para a recuperação, Bernardo Bicalho, divulgou a relação de credores da MMX Sudeste. A lista reconhece dívidas de cerca de R\$ 473 milhões.

Desse total, R\$ 365,38 milhões correspondem aos credores quirografários. Há US\$ 34,25 milhões em dívidas com credores da mesma categoria (R\$ 103 milhões com taxa de R\$ 3 por dólar).

Constam da relação ainda R\$ 2,44 milhões de débitos com credores trabalhistas e mais R\$ 2 milhões de dívidas relacionadas com microempresas e empresas de pequeno porte. Só de credores quirografários há mais de 250 empresas habilitadas.

Até agora, grandes credores da MMX Sudeste, entre as quais as construtoras ARG e Fidens Engenharia, entraram com impugnações contra os valores devidos pela MMX Sudeste.

As empresas pedem valores superiores aos reconhecidos na lista apresentada pelo administrador. Na lista, a ARG teve reconhecido crédito de R\$ 95,93 milhões, mas solicita R\$ 109,4 milhões. Já a Fidens teve registrado um crédito de R\$ 61,46 milhões na relação, mas entende que tem direito a R\$ 77,23 milhões.

Um advogado disse que as impugnações apresentadas pelos credores tramitam na Justiça em paralelo ao processo de recuperação judicial. A tendência é que o credor vá para a assembleia sem o julgamento final sobre o crédito, discussão que deve demorar mais nos tribunais.

## Empresas contratam menos, mas evitam demissões

19/05/2015 - Fonte: Valor Econômico

O fechamento líquido de 162,7 mil empregos formais no primeiro quadrimestre, considerando informações enviadas dentro do prazo legal ao Ministério do Trabalho, mostra um mercado de trabalho em franca desaceleração, mas não foi resultado de demissões em massa. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o ajuste está ocorrendo principalmente porque as empresas estão segurando contratações.

De janeiro a abril, foram feitas 6,49 milhões de admissões com carteira assinada, volume 12,2% inferior ao registrado em igual período de 2014. Já os desligamentos recuaram 4,8% na mesma comparação, para 6,65 milhões. As duas informações são sem ajuste, ou seja, sem dados enviados com atraso ao ministério.

Cálculos com ajuste sazonal do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV) vão na mesma direção: as contratações caíram 12,7% no trimestre encerrado em abril de 2015, ante os três meses terminados em novembro do ano passado, enquanto as dispensas diminuíram 4,5%.

Para economistas ouvidos pelo Valor, os números mostram que os empregadores têm procurado evitar demissões, mesmo em meio à recessão da atividade, devido aos altos custos trabalhistas envolvidos nos cortes e à dificuldade em obter mão de obra qualificada. Nesse cenário, é mais fácil reduzir gastos não abrindo vagas.

A retração mais significativa das contratações sem aumento de demissões ocorre em todos os setores da economia, até mesmo na indústria e na construção civil. No primeiro segmento, a queda das admissões foi de 16,9% no acumulado do ano até abril, contra recuo de 7,5% dos desligamentos. Na construção, o número de admitidos sofreu um tombo de 20,9%, mas também não houve alta das demissões, que encolheram 6%.

"As empresas não conseguem aumentar muito os desligamentos, porque o mercado de trabalho é altamente formalizado", diz o pesquisador Rodrigo Leandro de Moura, do Ibre-FGV. Destacando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, ele observa que a parcela de trabalhadores assalariados sem carteira assinada em todo o país era de 37,2% em 2009, percentual que caiu a 29,5% em 2014.

O nível de formalização do emprego pode estacionar ou recuar um pouco em 2015 em função do desempenho ruim da economia, afirma Moura. Por outro lado, o avanço educacional da população ocupada nos últimos anos impede um retrocesso significativo, uma vez que trabalhadores com mais anos de estudo tendem a recusar ocupações informais.

Por isso, diz, a tendência de queda dos desligamentos deve continuar, o que impõe um ritmo mais lento ao ajuste em curso no mercado de trabalho.

Ricardo Haag, diretor da empresa de recrutamento Page Personnel, conta que houve uma "ligeira queda" no número de posições abertas de janeiro a maio, tendo como base de comparação o mesmo período de 2014.

Embora o volume seja parecido, o perfil das vagas mudou: enquanto, no ano passado, cerca de 60% delas foram criadas para ampliar o quadro de funcionários e o restante era destinado à reposição de empregados que saíram, em 2015 essa relação se inverteu. "Cerca de 90% das vagas em carteira são para substituição."

Para Haag, a mudança de cenário reflete que o poder de barganha, agora, está mais do lado do empregador do que do empregado, mas, neste ano, os cortes nas empresas ocorrem de forma mais "estruturada e cautelosa" do que na época da crise financeira internacional.

"Em 2008 e 2009, percebíamos um 'efeito manada' maior, com cortes massificados em diversos setores." De fato, no primeiro quadrimestre de 2009, as demissões subiram 8,3% sobre o mesmo período de 2008.

De lá para cá, aponta Fábio Romão, da LCA Consultores, a dificuldade em obter mão de obra qualificada aumentou, na esteira da queda da taxa de desemprego, o que, ao lado da porção maior de trabalhadores formais, justifica a postura cautelosa das empresas para demitir.

Considerando as seis maiores regiões metropolitanas, Romão projeta que a fatia de desocupados na população economicamente ativa (PEA) vai avançar de 4,8% em 2014 para 6% neste ano. É um percentual ainda historicamente baixo, afirma ele. "Não é da noite para o dia que vai surgir uma legião de pessoas qualificadas procurando emprego."

Ao mesmo tempo, os salários de contratação ainda elevados, puxados pelos serviços, explicam por que as admissões estão recuando, diz o professor Leonardo Trevisan, da PUC-SP. Ele observa que, no mercado formal, o montante pago aos admitidos avançou 5,3% entre abril de 2014 e igual mês deste ano.

Como os empresários não têm expectativas otimistas e os salários cresceram, afirma Trevisan, não fazem novas admissões, mas também não estão demitindo massivamente, porque os custos trabalhistas são caros.

Apesar da alta dos salários de contratação, Moura, do Ibre, destaca que a parcela dos novos admitidos que ganham até dois salários mínimos subiu de 85,1% no trimestre encerrado em novembro de 2014 para 86% no período de fevereiro a abril de 2015.

Em igual comparação, o percentual daqueles que recebem entre dois e cinco mínimos caiu de 12,4% para 11,5%. Do lado dos desligamentos, os percentuais dos desligados que ganham até um salário mínimo e que ganham de dois a cinco mínimos caíram 0,3 e 0,4 ponto percentual nesse período, respectivamente. "As empresas estão substituindo gradualmente trabalhadores da classe média e média-alta por trabalhadores de menor remuneração", diz.

## **Crédito escasso leva companhias a vender ativos, mostra estudo**

19/05/2015 - Fonte: Valor Econômico

A restrição no crédito tem levado mais empresas no Brasil a vender ativos para melhorar sua posição de capital, mostra estudo da Deloitte. Aumentou de 19%, em 2009, para 57%, no ano passado, a proporção de companhias ouvidas pela consultoria que se desfizeram de ativos.

Entre os motivos apontados para essas operações, destacam-se a necessidade de reequilibrar a posição financeira, de melhorar a liquidez e de pagar dívidas ou reduzir passivos.

O movimento se acentuou nos dois últimos anos, quando a economia piorou e as fontes de financiamento ficaram mais escassas. Em 2012, 33% das empresas venderam ativos, diz o levantamento.



"Está havendo desinvestimento como forma de criar liquidez", afirma Reinaldo Grasson, sócio da área de assessoria financeira da Deloitte. "Ao mesmo tempo, as empresas têm feito uma reavaliação de portfólio, olhando o que vale a pena manter."

O estudo, obtido com exclusividade pelo Valor, ouviu executivos de 221 empresas de diversos setores, com faturamento e tamanhos distintos. Do total da amostra, 67% das companhias faturam até R\$ 250 milhões por ano, enquanto 17% têm receita que começa nesse patamar e vai até R\$ 1 bilhão. Outros 16% têm faturamento anual superior a R\$ 1 bilhão. Pouco mais da metade das empresas é de controle familiar e apenas 7% têm ações listadas na BM&FBovespa.

Esse processo deve continuar intenso. A Petrobras já anunciou um programa de desinvestimentos de US\$ 13,7 bilhões. Outras companhias de construção e do setor de petróleo também planejam vender ativos para melhorar sua situação financeira, abalada pelas investigações da operação Lava-Jato da Polícia Federal, que investiga casos de corrupção.

Se a venda de ativos tem sido um caminho diante das opções de financiamento mais escassas, as aquisições devem ganhar força nos próximos dois anos.

Entre as estratégias para esse período, a aquisição de outra empresa foi apontada por 39% dos entrevistados; as fusões foram mencionadas por 36% dos executivos e a aquisição de ativos de outras companhias foi indicada em 34% das respostas. As vendas de ativos foram citadas por 17%, enquanto 25% disseram cogitar a venda do controle da empresa. Cada entrevistado podia indicar mais de uma alternativa.

Em 2015, foram anunciadas 353 transações até agora, que devem movimentar R\$ 56,6 bilhões. Os dados são da Transactional Track Record (TTR) e da Merrill Datasite, plataformas que compilam informações de mercado.

Segundo Grasson, da Deloitte, muitas companhias pretendem aproveitar a retração da economia para ganhar competitividade e se preparar para dias melhores. "As empresas e os investidores não vão ficar esperando a crise passar para fazer aquisições", diz.

Esse movimento já começou. A compra de ativos subiu de 13% das empresas em 2010 para 39% no ano passado. Também em 2014, 35% das companhias adquiriram o controle de outras empresas.

O cenário econômico difícil tornou os ativos mais baratos à medida que as avaliações das empresas foram revistas e o real se desvalorizou. "A diferença do preço esperado por compradores e vendedores diminuiu. Agora, as expectativas estão mais alinhadas", diz o sócio da Deloitte.

Também contribui para a maior procura por fusões e aquisições o fato de que o mercado está quase fechado para ofertas iniciais de ações (IPO, na sigla em inglês). Sem a possibilidade de venda na bolsa, operações privadas tornaram-se em muitos casos a única opção disponível para levantar capital.

Poucas companhias apostam em uma mudança rápida nesse horizonte. Apenas 3% das empresas consultadas pela Deloitte disseram ter planos de fazer IPO ainda em 2015. As incertezas sobre a economia e a preferência por esperar um momento melhor foram as principais razões indicadas para não recorrer à bolsa neste ano.

Diante disso, o reinvestimento dos lucros foi a principal fonte atual de captação de recursos apontada pelas empresas. Do total de entrevistados, 71% mencionaram o uso desse

dinheiro, que mostra que as companhias estão gastando o caixa para bancar seus projetos de expansão.

Os empréstimos e financiamentos bancários foram citados por 39% das empresas. Bancos de fomento (36%) e empréstimos de partes relacionadas (18%) também têm sido utilizados.

## **Motor e gerador são alimentados pela evaporação da água**

19/05/2015 - Fonte: CIMM

Pesquisadores da Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos, demonstraram que é possível construir motores alimentados pela evaporação da água.

Eles construíram um motor rotativo que impulsiona um carrinho de brinquedo e um motor-gerador acionado por um pistão que gera eletricidade suficiente para acender um LED, ambos acionados pela umidade gerada pela evaporação de uma pequena quantidade de água.

A ideia de Xi Chen e seus colegas é que essa técnica possa ser escalonada para grandes dimensões, gerando "energia verde" a partir de grandes geradores flutuantes instalados no mar ou em represas.

"A evaporação é uma força fundamental da natureza. Ela está em todos os lugares, e é mais potente do que outras forças, como as do vento e das ondas," disse o professor Ozgur Sahin, coordenador da equipe.

### **Empurrado por esporos**

Os equipamentos não funcionam diretamente da água se vaporizando na atmosfera, mas seguindo um mecanismo baseado no comportamento de esporos bacterianos, que incham e se encolhem em resposta a variações na umidade - foram usados esporos de *Bacillus subtilis*.

Para construir o motor flutuante a pistão, os esporos foram colados nos dois lados de uma fita plástica flexível, perfeitamente espaçados, mas de forma que os esporos de um lado da fita correspondam aos espaços vazios do outro lado.

Quando o ar seca os esporos, eles encolhem, curvando a fita onde estão fixados, fazendo-a ondular e encurtar. Se um dos dois lados da fita estiver ancorado, ela puxa o que estiver preso do outro lado.

Inversamente, quando o ar fica úmido, os esporos incham, fazendo a fita se distender, liberando a força e gerando o movimento de pistão.

O resultado é um novo tipo de músculo artificial que é controlado alterando a umidade no seu entorno.

Vários deles foram postos lado a lado no interior de um cilindro plástico e de um sistema fechado de persianas, no interior dos quais a evaporação varia a umidade do ar, movimentando os mecanismos.

## **Motor a evaporação**

O motor rotativo parece mais dinâmico e tem um projeto mais simples, sendo construído com pequenos pedaços de fita com esporos apenas na extremidade.

O invólucro é fechado de um lado e aberto do outro, de forma que as fitas com esporos fiquem, ora no ar seco, ora no ambiente úmido, o que faz com que o músculo artificial contraia em uma parte e se distenda na outra, gerando um mecanismo rotativo contínuo - a equipe batizou o motor de "moinho de umidade".

Posto sobre um carrinho em miniatura, o motor move o veículo em baixa velocidade, mas de forma praticamente contínua.

## **Para cima e avante**

Nos experimentos, uma superfície de oito centímetros quadrados de água produziu uma média de 2 microwatts de energia, embora a equipe relate ter medido picos de até 60 microwatts.

Fazendo os cálculos, os pesquisadores estimam que uma versão com mais esporos e fitas com propriedades mais adequadas - eles usaram poliimida - poderá gerar mais energia por área do que uma fazenda eólica de aerogeradores.

## **Se desoneração acabar, indústria de máquinas demitirá 150 mil, diz presidente da Abimaq**

19/05/2015 - Fonte: CIMM

***Segundo o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Carlos Pastoriza, número de demissões pode chegar a 800 mil trabalhadores, se contabilizados empregos indiretos gerados pelo setor.***

A reversão da desoneração da folha de pagamentos para a indústria de transformação, se aprovada pelo Congresso Nacional, deverá provocar a demissão de 150 mil trabalhadores no setor de máquinas até o fim deste ano, afirmou nesta quarta-feira o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Carlos Pastoriza.

Segundo ele, o setor tem 350 mil empregos diretos e o número a ser cortado superaria o total de funcionários de toda a indústria automotiva (112,2 mil funcionários em maio).

"O que vai acontecer é que, com essa confluência de juros absolutamente extorsivos, com Selic a quase 14%, que cauteriza qualquer vontade de investir, somada agora com essa reversão das desonerações, vai ser uma pá de cal. Vamos começar a demitir de forma brutal", afirmou o executivo em entrevista ao Broadcast, serviço de informações em tempo real da Agência Estado.

De acordo com o presidente da Abimaq, se contabilizados os empregos indiretos gerados pela indústria de máquinas e equipamentos, o número de demissões neste ano chegará a 800 mil trabalhadores.

Pastoriza criticou o relatório do líder do PMDB na Câmara, Leonardo Picciani (RJ), que prevê recomposição menor das alíquotas de desoneração para as áreas de comunicação social, transportes, alimentos da cesta básica e call centers. "Isso foi politicagem pura", disse. Inicialmente, o governo federal era contra a proposta de Picciani, mas, conforme revelou reportagem do Estado de hoje, teria cedido e aceitado a flexibilizar alguns itens

da proposta para evitar uma derrota durante a votação. O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, contudo, disse há pouco desconhecer esses escalonamentos.

"São setores que não têm nenhuma razão técnica para receber o benefício (da desoneração) porque não sofrem concorrência dos importados", criticou o executivo. Ele lembrou que, originalmente, a política de desonerações foi criada em 2011 para 12 setores da indústria de transformação para compensar a perda de mercado frente aos importados, em razão do chamado "custo Brasil" e do câmbio desvalorizado.

"Nessa época, a desoneração segurou empregos que deveriam ter sido cortados", ressaltou. A desoneração para os outros setores só foi incluída pelo Executivo posteriormente.

Pastoriza destacou que, mesmo acima de R\$ 3, o nível atual do dólar não tem ajudado a indústria. "A única vantagem foi em relação ao mercado americano porque outras moedas asiáticas e o euro também se desvalorizaram (frente ao dólar)", disse.

Para ele, não adianta a moeda americana estar valorizada se não há "juros civilizados". Segundo o executivo, a Selic a quase 14% causa duplo mal para a indústria: atrai o capital especulativo que mantém o dólar artificialmente baixo e inibe investimentos produtivos. "Sem swap e com juros menores, o dólar certamente subiria a mais de R\$ 3,5."